



CACTUS
INSTITUTO

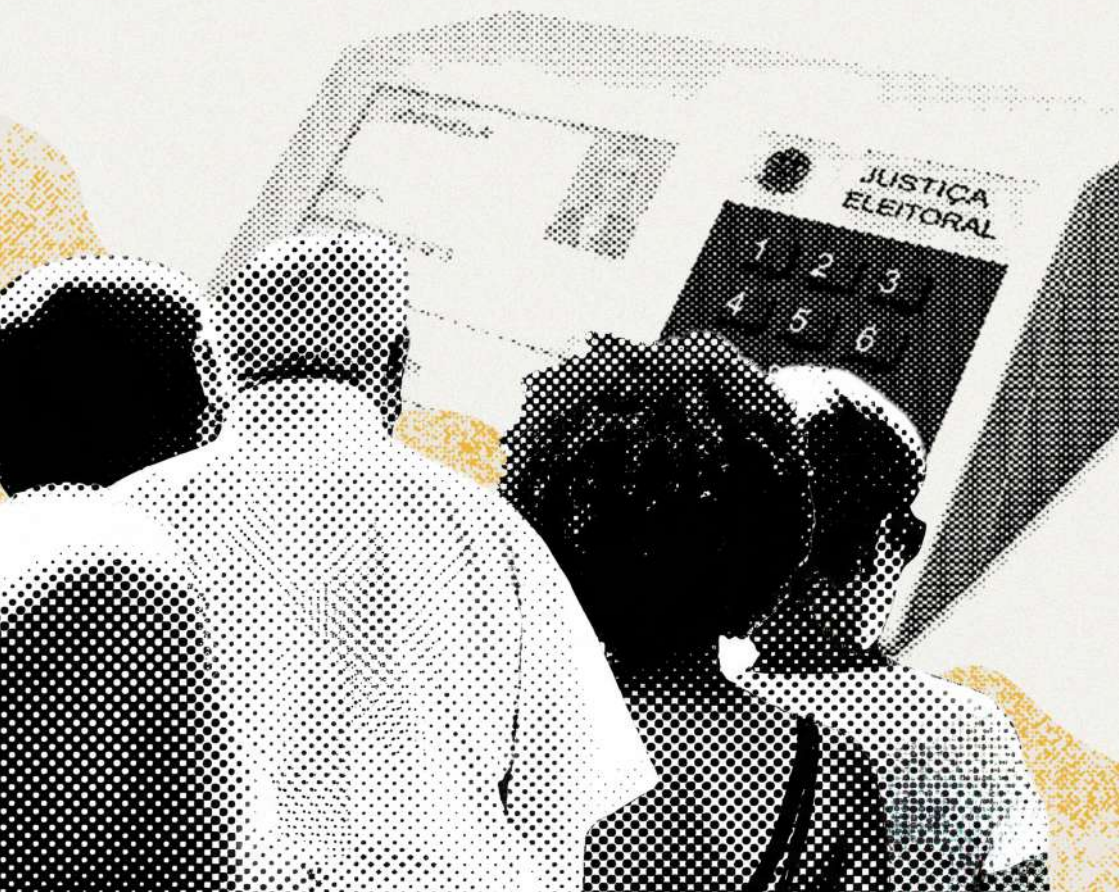
eixo
gov

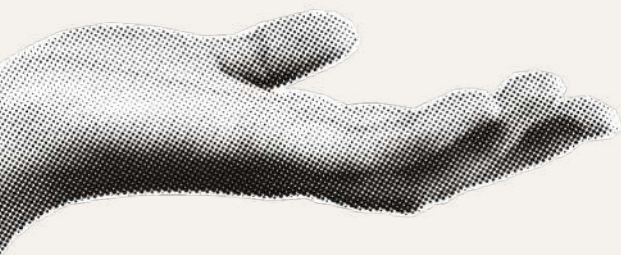
guia sobre

SAÚDE MENTAL

PARA O ELEITORADO

Como priorizar pautas de saúde mental na hora de
escolher uma candidatura





Ficha Técnica

Realização

Instituto Cactus
EixoGov

Elaboração

Patricia Marcelino

Coordenadora de Projetos - Instituto Cactus

Mariana Rae

Especialista em Saúde Mental - Instituto Cactus

Livia Pimentel Garcia

Diretora de Relações Governamentais - EixoGov

Letícia Sampaio

Analista de Relações Governamentais - EixoGov

Mayara Pereira

Assistente de Relações Governamentais - EixoGov

Revisão

Bruno Ziller

Gerente Executivo - Instituto Cactus

Apoio e colaboração

Maria Fernanda Resende Quartiero

Diretora Presidente - Instituto Cactus

David Medina

Coordenador de Comunicação - Instituto Cactus

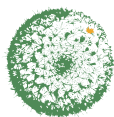
Projeto Gráfico e Diagramação

Jéssica Martins

Coordenadora de Comunicação e Design - EixoGov

Creative Commons

Permitida a reprodução, parcial ou total, por qualquer meio, desde que sem fins lucrativos e com a devida citação da fonte e do Instituto Cactus e da EixoGov como instituições responsáveis: www.institutocactus.org.br e www.eixoestrategia.com.br.



CACTUS
INSTITUTO





Contexto

As eleições são um dos momentos mais importantes da vida democrática. É por meio do voto que a população escolhe representantes responsáveis por definir leis, prioridades orçamentárias e políticas públicas que impactam diretamente a vida cotidiana. Embora temas como economia, segurança pública, emprego e educação costumem ocupar o centro do debate eleitoral, existe um elemento que atravessa todos eles: a **saúde mental**.

Estudos recentes apontam que cerca de 1,2 bilhão de pessoas no mundo sofrem atualmente com algum tipo de transtorno de saúde mental, o que equivale a cerca de **15% da população mundial**¹. O Brasil não está distante dessa realidade. A saúde mental está presente na forma como vivemos o dia a dia. Ela é influenciada pelo trabalho, pela escola, pelo transporte, pela segurança, pelos relacionamentos, pelas condições de moradia e pelo acesso aos serviços públicos. Quando falamos em saúde mental, não estamos falando apenas de transtornos mentais ou de atendimento psicológico. Estamos falando das condições que permitem às pessoas viver com dignidade, segurança, autonomia e qualidade de vida.

Foi a partir dessa compreensão que o Instituto Cactus e a EixoGov, organizações independentes e apartidárias, desenvolveram este **Guia sobre Saúde Mental para o Eleitorado**. O objetivo é oferecer informações e ferramentas para que eleitoras e eleitores possam compreender melhor o funcionamento das eleições de 2026, avaliar candidaturas de forma crítica e considerar a saúde mental como um critério importante na hora de votar.

Mais do que uma pauta específica, entendemos a saúde mental como um tema transversal, que fortalece a democracia e contribui para a construção de políticas públicas mais humanas, eficazes e conectadas às necessidades da população.

1. GBD 2023 Mental Disorders Collaborators. Updated trends in the global prevalence and burden of mental disorders, 1990–2023: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2023. The Lancet, 2026.

1. Como escolher uma candidatura de maneira informada

Escolher um candidato vai além de conhecer seu nome ou acompanhar a campanha eleitoral. Antes de votar, vale buscar informações sobre sua trajetória, suas propostas e sua atuação pública. Felizmente, grande parte dessas informações é pública e está disponível para consulta.

Onde buscar informações?

Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais (TSE): é a principal fonte oficial sobre as candidaturas. Lá você encontra informações sobre propostas de governo, declaração de bens, prestação de contas da campanha, histórico eleitoral e outros dados relevantes (Acessível em: divulgacontas.tse.jus.br).

Sites da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e das Assembleias Legislativas: para candidatos que já exerceram mandato, esses portais permitem consultar projetos apresentados, votações, presença em sessões e outras informações sobre sua atuação parlamentar.

Sites oficiais dos partidos, das candidaturas e debates eleitorais: são boas oportunidades para conhecer as propostas defendidas durante a campanha e comparar diferentes posições sobre temas importantes.

O que vale observar antes de votar?

Ao conhecer uma candidatura, algumas perguntas podem ajudar:

1. As propostas são claras e viáveis?
2. O candidato explica como pretende colocá-las em prática?
3. Existe coerência entre o discurso atual e sua atuação anterior?
4. Caso já tenha exercido um cargo público, quais resultados apresentou?
5. As informações sobre financiamento da campanha e declaração de bens estão disponíveis?

Responder a essas perguntas ajuda a construir uma visão mais completa sobre cada candidatura.

Transparência também importa

Além das propostas, também vale observar como o candidato administra recursos públicos e presta contas à sociedade. Essas informações são públicas e ajudam a formar uma visão mais completa da candidatura.

Na página de [Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais](#) do TSE, é possível consultar contribuições e ranking de doadores e fornecedores, limite de gastos, sobras e dívidas de campanha e financiamento coletivo.

Declaração de bens: o patrimônio declarado pelo candidato é público. Para candidatos que buscam a reeleição, é possível comparar as declarações de bens com eleições anteriores e acompanhar a evolução patrimonial.

Prestação de contas de campanha: mostra quem financiou a campanha (pessoas físicas, jurídicas, fundo eleitoral) e como o dinheiro foi gasto. Candidatos e partidos são obrigados a prestar contas à Justiça Eleitoral de toda a movimentação de campanha.



CUIDADO COM FAKE NEWS!

A desinformação circula o ano todo, mas se intensifica em períodos eleitorais. Saber identificar uma notícia falsa antes de compartilhá-la é um ato de responsabilidade cidadã. Existem algumas páginas que podem te ajudar a checar informações sobre as candidaturas:

- Fato ou Boato (TSE) - justicaeleitoral.jus.br/fato-ou-boato
- Aos Fatos - aosfatos.org
- Agência Lupa - lupa.uol.com.br
- Estadão Verifica - estadao.com.br/estadao-verifica
- Boatos.org - boatos.org

Como identificar uma fake news?

Antes de repassar uma informação, especialmente no WhatsApp, pergunte-se:

1. Qual é a fonte? O site ou perfil é confiável e identificável?
2. A notícia tem data? Conteúdos antigos são frequentemente reaproveitados fora de contexto.
3. Outros veículos sérios estão noticiando o mesmo fato?
4. O título é alarmante ou exagerado? Isso é sinal de alerta.
5. A notícia pede para você compartilhar urgentemente? Esse tipo de apelo é uma das marcas da desinformação.

Inteligência artificial: imagens, áudios e vídeos podem ser gerados ou manipulados por inteligência artificial. Desconfie de conteúdos que pareçam extraordinários e verifique antes de compartilhar.

Grupos de WhatsApp: pesquisas apontam que a média de mensagens falsas cresce significativamente durante o período eleitoral, com o WhatsApp sendo um dos principais canais de circulação de desinformação. Não repasse mensagens sem verificar, mesmo que venham de pessoas conhecidas.

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES E JOVENS NA POLÍTICA

Quem ocupa os espaços de decisão influencia quais problemas recebem mais atenção nas políticas públicas. No Brasil, mulheres e jovens ainda estão sub-representados na política, apesar de representarem uma parcela significativa da população e serem diretamente afetados pelas decisões tomadas pelos governos e parlamentos.

As mulheres representam mais da metade da população brasileira e cerca de 53% do eleitorado, mas ocupam menos de 18% dos cargos eletivos². Os jovens, por sua vez, ainda enfrentam barreiras para participar da política institucional, embora sejam diretamente impactados por decisões sobre educação, trabalho, saúde, tecnologia, segurança e meio ambiente.

Ao avaliar uma candidatura, vale perguntar:

- Há propostas para ampliar oportunidades para os jovens?
- Existem medidas para enfrentar desigualdades que afetam as mulheres?
- As propostas consideram diferentes realidades sociais e territoriais?
- Os compromissos apresentados são concretos e viáveis?

Independentemente do posicionamento ideológico da candidatura, vale buscar programas que reconheçam esses desafios e apresentem soluções concretas.



² Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2026

2. Por que saúde mental também é um critério de voto?

SAÚDE MENTAL FAZ PARTE DA VIDA DE TODAS AS PESSOAS

Quando pensamos em eleições, é comum que temas como economia, segurança pública, educação e emprego ocupem o centro do debate. À primeira vista, a saúde mental pode parecer um assunto restrito aos serviços de saúde ou ao atendimento psicológico. Mas basta olhar para o cotidiano para perceber que ela está presente em praticamente todas as áreas da nossa vida.

A forma como estudamos, trabalhamos, nos deslocamos pela cidade, acessamos serviços públicos, convivemos com outras pessoas e enfrentamos desafios influencia diretamente nossa saúde mental. Da mesma forma, decisões tomadas por governantes e parlamentares afetam essas condições de vida e, consequentemente, o bem-estar da população.

Por isso, considerar a saúde mental na hora de votar não significa procurar candidatos que falem apenas sobre esse tema. Significa observar quais propostas contribuem para construir uma sociedade mais saudável, segura, inclusiva e com melhores condições de vida para todas as pessoas.

O QUE É SAÚDE MENTAL?

Saúde mental não é apenas a ausência de transtornos mentais. Ela está relacionada à forma como pensamos, sentimos, lidamos com desafios, construímos relações e participamos da vida em sociedade.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde mental é um estado de bem-estar que permite às pessoas reconhecer suas habilidades, enfrentar os desafios cotidianos, aprender, trabalhar e contribuir para suas comunidades.

Esse bem-estar resulta da interação entre fatores biológicos, psicológicos e sociais — o chamado modelo biopsicossocial. Em outras palavras, a saúde mental não depende apenas das características individuais de cada pessoa, mas também das condições em que ela vive.





O QUE A SAÚDE MENTAL TEM A VER COM O SEU VOTO?

Ao escolher presidente, governador, senadores e deputados, estamos escolhendo pessoas que irão elaborar leis, definir prioridades orçamentárias e decidir como os serviços públicos serão organizados.

Essas decisões influenciam diretamente fatores que impactam a saúde mental da população: a qualidade das escolas, o acesso aos serviços de saúde, as oportunidades de trabalho, a segurança, o transporte público, as políticas de assistência social, a oferta de cultura e lazer, entre muitos outros.

Por isso, votar também é uma oportunidade de escolher quais condições de vida queremos fortalecer para a sociedade.



PROMOVER SAÚDE MENTAL É MAIS DO QUE TRATAR O SOFRIMENTO

Cuidar da saúde mental não significa apenas oferecer tratamento quando alguém já está em sofrimento. Também significa criar condições para que as pessoas possam viver com mais autonomia, segurança e qualidade de vida. É isso que chamamos de promoção da saúde mental.

Da mesma forma, prevenir o adoecimento significa reduzir fatores de risco e enfrentar situações que aumentam o sofrimento das pessoas, como violência, desigualdades, discriminação, insegurança, pobreza e isolamento social.

Essas ações não dependem apenas do setor da saúde. Elas envolvem diferentes áreas da atuação do poder público e exigem políticas integradas.

Ao avaliar uma candidatura, vale observar se as propostas contribuem para melhorar essas condições de vida.

Saúde

O fortalecimento do cuidado próximo e integrado, com a priorização da atenção básica e dos serviços comunitários e a capacitação dos profissionais, amplia o acesso e melhora a qualidade do cuidado.

Educação

A promoção de ambientes seguros e de desenvolvimento, ao fortalecer a prevenção da violência e do bullying e o fortalecimento de habilidades socioemocionais, permite identificar e enfrentar dificuldades desde cedo.

Assistência social

A redução de vulnerabilidades, por meio do fortalecimento de políticas de renda, moradia e proteção social, ajuda a diminuir o estresse cotidiano e a criar condições mais estáveis para indivíduos e famílias.

Infraestrutura e Moradia

O acesso à moradia adequada, saneamento, áreas verdes e espaços de convivência impacta diretamente a saúde mental e a qualidade de vida. Territórios mais seguros, acessíveis e acolhedores ajudam a reduzir o estresse cotidiano e fortalecem os vínculos comunitários.

Mobilidade e Transportes

A forma como as pessoas se deslocam influencia diretamente seu bem-estar. Longos deslocamentos, insegurança e superlotação aumentam o desgaste cotidiano, enquanto uma mobilidade acessível e de qualidade contribui para cidades mais saudáveis e inclusivas.

Cultura, esporte e lazer

O acesso a atividades culturais, esportivas e espaços de convivência fortalece vínculos sociais, pertencimento e participação comunitária.

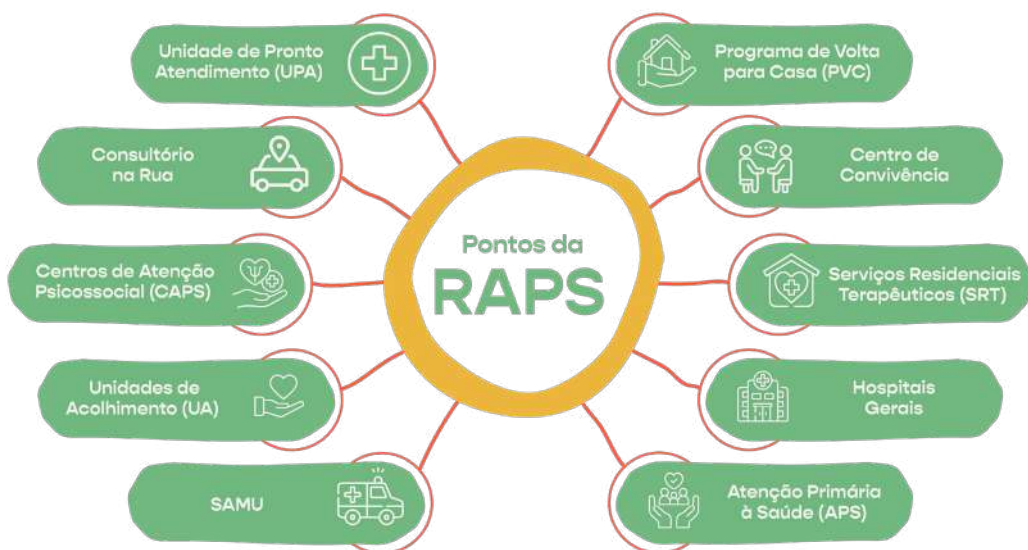


3. Como funciona a política pública de saúde mental?

REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) integra o Sistema Único de Saúde (SUS) e organiza o modelo de atendimento para pessoas em sofrimento mental ou com uso prejudicial de álcool e outras drogas, a partir de serviços comunitários e territorializados.

Sua articulação com a Atenção Primária à Saúde (APS) garante a linha de cuidado entre os diferentes pontos da rede, desde a Unidade Básica de Saúde (UBS) até os serviços especializados, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centros de Convivência e Cultura (CECO), Unidades de Acolhimento (UA) e Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), além dos leitos de saúde mental em hospitais gerais.



QUEM É RESPONSÁVEL PELO QUE?

A Constituição Federal divide as responsabilidades da saúde entre União (Federal), estados e municípios. Entender esse funcionamento é importante para saber quais propostas podem ser desenvolvidas a partir do cargo disputado.

União

Responsável por definir as diretrizes nacionais da saúde pública, estabelecer normas gerais de proteção à saúde e coordenar políticas nacionais. Também concentra parte importante do financiamento do SUS e da regulamentação de políticas como a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Estados

Podem criar leis próprias relacionadas à saúde, desde que alinhadas às diretrizes nacionais. Também atuam na coordenação regional da rede de saúde, incluindo serviços especializados, leitos em hospitais gerais e atendimentos de média e alta complexidade.

Municípios

Encarregados pela oferta direta de grande parte dos serviços de saúde à população, com apoio técnico e financeiro dos estados e da União. É no município que acontece a atenção básica — principal porta de entrada do SUS e espaço fundamental para o cuidado em saúde mental.



Regra prática

Cada cargo possui possibilidades diferentes de atuação. Enquanto mandatos municipais estão mais ligados à implementação local das políticas, mandatos estaduais e federais têm maior capacidade de organização da rede, criar legislação, fiscalizar e definir prioridades orçamentárias.

Serviços e equipamentos de saúde mental: quem responde por cada um

Serviço de saúde mental	Responsável
Atendimento no posto de saúde (Unidade Básica de Saúde e Unidade de Pronto Atendimento)	Prefeito/a (gestão municipal)
CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), Unidades de Acolhimento, Serviços de Residência Terapêuticos	Prefeito/a (gestão municipal)
Leitos psiquiátricos em hospitais estaduais	Governador/a
Política Nacional de Saúde Mental (RAPS)	Presidente / Ministério da Saúde
Leis de proteção a pessoas com transtornos	Dep. Federal / Senador/a
Lei municipal sobre atendimento em saúde mental	Vereador/a

A importância dos olhares segmentados: adolescentes e mulheres

A saúde mental é influenciada pelas condições de vida e pelas desigualdades que afetam diferentes grupos da população. Por isso, políticas públicas eficazes precisam considerar as necessidades específicas de quem está mais vulnerável ao sofrimento psíquico.

As mulheres apresentam maior prevalência de transtornos como ansiedade e depressão e relatam com mais frequência sintomas de estresse e exaustão. Além de fatores individuais, essa realidade está relacionada a desafios como a dupla jornada de trabalho e cuidados, desigualdade salarial, violência de gênero e dificuldades de acesso a redes de apoio³.

A adolescência também exige atenção especial. É uma fase marcada por intensas transformações e pelo início de muitos transtornos mentais. Segundo a Organização Mundial da Saúde, metade deles surge antes dos 14 anos e cerca de 75% até os 25 anos. Fatores como bullying, violência, pressão acadêmica, insegurança em relação ao futuro e uso das redes sociais podem aumentar esse risco⁴.

Considerar as diferentes necessidades de mulheres e adolescentes não significa criar privilégios, mas reconhecer que grupos distintos enfrentam desafios específicos. Ao avaliar propostas de campanha, vale observar se elas reconhecem essas desigualdades e apresentam estratégias para promover bem-estar, prevenção e acesso ao cuidado em saúde mental.

3 Instituto Cactus & Instituto Veredas, Caminhos em Saúde Mental (2021)

4 Organização Mundial da Saúde. Caring for children and adolescents with mental disorders: Setting WHO directions (2003)



4. Cuidando da sua saúde mental durante as eleições

O período eleitoral pode despertar ansiedade, preocupação, irritação e sensação de sobrecarga diante do grande volume de informações e debates. Cuidar da saúde mental também faz parte do exercício da cidadania.

1. Limite o tempo de uso de telas

Estabeleça um momento específico por dia para consumir notícias e conteúdo sobre política e eleições.

2. Eventos sociais

Conversas sobre política podem ser muito enriquecedoras, mas também podem gerar discussões improdutivas. Se esse for o caso, preserve-se mudando de assunto ou se retirando da conversa até que você se sinta confortável de interagir novamente. Não tenha receio de estabelecer limites.

3. Foque em atividades prazerosas

Procure ocupar o tempo e a mente com atividades relaxantes como ler um livro, assistir filmes, andar no parque, conversar com amigos, cozinhar.

4. Não mentalize cenários catastróficos

Diante da incerteza com o futuro, é comum pensarmos nos piores cenários e pode ser desafiador controlar isso. Tentar racionalizar esses medos e preocupações pode ajudar. A situação política é transitória e a insegurança sobre o futuro pós-eleição vai passar.

5. Foque na sua saúde

Cuidar do sono e da alimentação, praticar atividade física e ter momentos de lazer e conexão social são fatores fundamentais que não devem ser deixados de lado durante o período das eleições.

6. Busque ajuda

Se você perceber que seus medos e preocupações estão fugindo do seu controle e impactando diretamente a sua rotina, não hesite em buscar ajuda profissional.

5. O contexto das Eleições de 2026

O QUE VOCÊ PRECISA SABER ANTES DA VOTAÇÃO

Datas-chave:

- **1º turno** ocorre no domingo, dia 04 de outubro de 2026
- **2º turno** ocorre no domingo, dia 25 de outubro de 2026.
 - A votação vai das 8h às 17h (horário de Brasília), nos dois dias.

Seus direitos:

- Seu voto tem o mesmo peso que o de qualquer outra pessoa.
- Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com 60 anos ou mais, gestantes, lactantes e pessoas com crianças de colo têm direito a atendimento prioritário.
- Todos os serviços da Justiça Eleitoral são gratuitos, incluindo emissão ou regularização do título de eleitor.

Seus deveres:

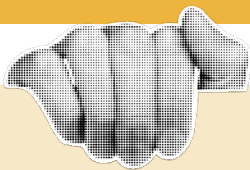
- Votar é obrigatório para brasileiros alfabetizados entre 18 e 70 anos.
- Quem não votar e não justificar tem multa e fica com o título irregular, o que impede acesso a concursos públicos, passaporte, entre outros benefícios.

Como denunciar abusos eleitorais: compra de votos, propaganda governamental para um candidato, pressão dentro da empresa, distribuição de brindes.

Denuncie à Justiça Eleitoral pelo site do TSE (tse.jus.br), pelo telefone 0800 648 0005 ou diretamente no cartório eleitoral da sua zona.

Atenção especial à **Lei da Ficha Limpa** e às regras de desincompatibilização: quem exerce cargo público, função sindical ou atua em entidades que recebem recursos públicos pode precisar se afastar com antecedência de 3 a 6 meses.





No dia das eleições, o que levar e o que esperar

- Leve **documento com foto** (RG, CNH, passaporte ou aplicativo do e-Título no celular).
- Confirme seu **local de votação** com antecedência pelo app e-Título ou em tse.jus.br.
- Você pode levar uma **“colinha”** com os números dos candidatos.
- Cuidado: não é permitido tirar fotos do voto dentro da cabine de votação.
- **O voto é secreto!** Ninguém pode te obrigar a contar em quem você pretende votar ou a mostrar em quem você votou.
- A urna eletrônica conta com **recursos de acessibilidade**. Além disso, eleitores que necessitem de apoio podem ser acompanhados por uma pessoa de sua confiança.

QUAIS CARGOS ESTÃO EM DISPUTA?

Nas Eleições Gerais de 2026, você vai votar em seis cargos diferentes, de uma vez só. Para cada um deles, existe uma regra diferente de como o vencedor é definido. Entender isso ajuda você a fazer escolhas mais conscientes e a entender por que nem sempre quem tem mais votos individuais é eleito.

Os dois sistemas de votação

Antes de apresentar os cargos, vale explicar os dois sistemas que organizam as eleições brasileiras:

- 1. Sistema majoritário:** usado para cargos do Executivo (presidente, governadores e prefeitos) e para o Senado, ganha quem tiver mais votos. Pode ser por maioria absoluta (mais de 50% dos votos válidos) ou por maioria simples.
- 2. Sistema proporcional:** usado para deputados (federais e estaduais) e vereadores. Nesse sistema, as cadeiras são distribuídas entre os partidos conforme o total de votos que cada legenda recebeu. Os candidatos mais votados de cada partido preenchem as vagas. Isso significa que um candidato com menos votos individuais pode ser eleito se seu partido tiver ido bem, e o inverso também acontece.

Os cargos em disputa em 2026

Cargo	Âmbito	Sistema	Como é eleito	Mandato
Presidente da República	Federal	Majoritário: maioria absoluta	Mais de 50% dos votos válidos (pode ter 2º turno)	4 anos
Governador/a	Estadual	Majoritário: maioria absoluta	Mais de 50% dos votos válidos (pode ter 2º turno)	4 anos
Senador/a	Federal	Majoritário: maioria simples	Os 2 mais votados em cada estado são eleitos; cada um leva 2 suplentes	8 anos
Deputado/a Federal	Federal	Proporcional	Vagas distribuídas por partido; os mais votados dentro de cada legenda preenchem as cadeiras	4 anos
Deputado/a Estadual	Estadual	Proporcional	Mesmo critério dos deputados federais, no âmbito do estado	4 anos

Sobre o Senado: Das 81 cadeiras, 54 serão renovadas em 2026. Por isso, neste pleito, cada estado elegerá dois senadores, e cada eleitor poderá votar em dois candidatos diferentes para o cargo.

Nota sobre as eleições: As eleições deste ano não contemplam prefeituras e câmaras municipais, que ocorrem em anos diferentes. A próxima será realizada em 2028.

O que cada cargo pode fazer?

Antes de avaliar uma candidatura, vale entender qual é o papel de cada cargo. Assim fica mais fácil reconhecer boas propostas e também identificar promessas que não são de responsabilidade daquele cargo. Confira abaixo as atribuições de cada um:

• **Presidente da República:** coordena as políticas nacionais, propõe o orçamento federal, sanciona ou veta leis aprovadas pelo Congresso e atua em áreas como saúde, educação, infraestrutura, segurança pública federal e relações internacionais.

• **Governador(a):** administra o estado e coordena políticas como segurança pública estadual, hospitais estaduais, escolas e universidades estaduais, rodovias e programas estaduais de desenvolvimento.

• **Senador(a):** representa seu estado no Senado Federal, vota leis, aprova autoridades indicadas para cargos públicos e participa de decisões sobre temas nacionais. Cada estado tem 3 senadores, independentemente do tamanho da população, o que dá ao Senado um papel de equilíbrio entre estados maiores e menores.

• **Deputado(a) Federal:** propõe e vota leis federais, aprova o orçamento da União e fiscaliza as ações do governo federal. São 513 cadeiras, distribuídas conforme o tamanho da população de um estado, podendo variar entre 8 e 70 deputados.

• **Deputado(a) Estadual:** propõe e vota leis estaduais, aprova o orçamento do estado, fiscaliza o governo estadual. Tem impacto direto em temas como transporte intermunicipal, segurança pública estadual, programas sociais do estado e organização dos serviços públicos estaduais.

Para quem eu levo um problema público?

Situação	Quem pode agir	Âmbito
Quantidade de médicos no posto de saúde do bairro	Prefeito/a	Municipal
Leitos ou estrutura de hospitais estaduais	Governador/a	Estadual
Questões relacionadas ao INSS	Presidente / Dep. Federal	Federal
Estrutura ou vagas em escolas municipais	Prefeito/a	Municipal
Situações em escolas estaduais	Governador/a	Estadual
Orçamento das universidades federais	Presidente / Dep. Federal	Federal
Buraco na rua, lixo, iluminação pública	Prefeito/a	Municipal
Estado de conservação das rodovias estaduais	Governador/a	Estadual
Violência e policiamento no bairro	Governador/a	Estadual
Lei trabalhista, direitos do consumidor	Dep. Federal / Senador/a	Federal
Lei sobre funcionamento do comércio local	Vereador/a	Municipal





Recursos e Referências

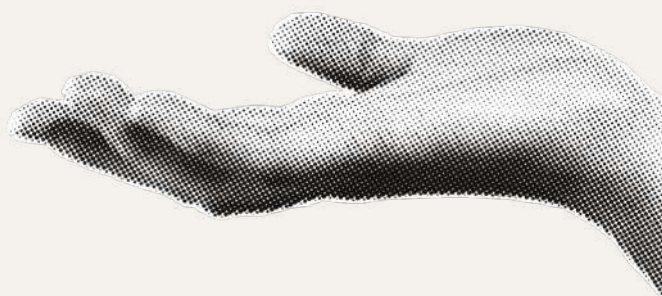
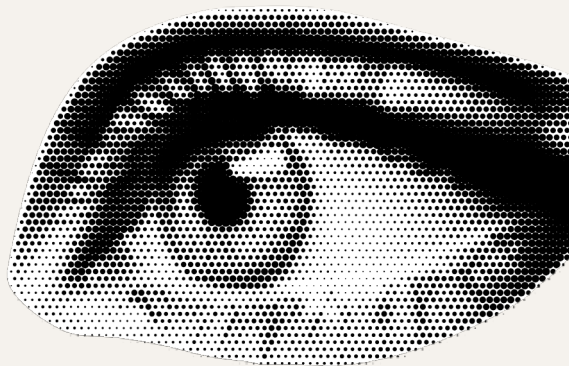
TSE – Tribunal Superior Eleitoral: www.tse.jus.br – calendário eleitoral, regras de campanha, prestação de contas

Ministério da Saúde – Legislação em Saúde Mental: www.gov.br/saude/saude-mental/legislacao

CAPS do seu município: solicite à Secretaria Municipal de Saúde a lista de serviços disponíveis

Conselho Regional de Psicologia (CRP) da sua região: parceiro natural para formações e eventos de campanha sobre saúde mental

Veja Saúde: [6 dicas para manter o equilíbrio mental e afastar o estresse nas eleições](#)





CACTUS
INSTITUTO

www.institutocactus.org.br

@institutocactus



www.eixoestrategia.com.br

@eixoestrategiapolitica

